

**Caderno da Semana dos Povos Indígenas do COMIN
POVOS INDÍGENAS EM ESPAÇOS URBANOS.**

ENTREVISTAS COM KAINGANG DE PORTO ALEGRE E SÃO LEOPOLDO

ENTREVISTAS: EQUIPE DO PIDA

1. LOMBA DO PINHEIRO:

Firmino Salvador: “Estou em Porto Alegre há oito anos. Vim atrás de meu irmão, o Zílio. Viemos de Nonoai. Na aldeia do interior do estado, o jeito é trabalhar na lavoura. É plantar. Mas a terra hoje está muito fraca. Foram mais de 30 anos de arrendamento das terras pros brancos, feito pelo SPI e a Funai. As máquinas, o adubo e o veneno acabaram com a terra. No tempo de meus pais e avós, se roçava capoeira e queimava. Hoje em dia não dá mais. Por isso vim com a família a Porto Alegre. Mas aqui vivo só da venda de artesanato. O lugar que temos na Lomba do Pinheiro é apertadinho. Às vezes fico pensando, porque estou aqui. Mas aqui também é nosso lugar. Porque todo lugar é lugar dos índios. Antes dos brancos chegar não tinha esse problema de terra”.

Pedrinho Eufrásio: “Cheguei em Porto Alegre faz 15 anos. No início tinha muito material pra artesanato nas áreas particulares. Eles deixavam tirar. Mas hoje temos que caminhar muito até encontrar cipó e taquara. A UFRGS tem uma área de mata, onde podemos colher cipós pra tecer cestas e sementes pra fazer colares. Mas não é suficiente”.

Ari Ribeiro: “Por quase 8 anos as famílias Kaingang viviam espalhadas nos Bairros da Safira, Passo Dornelles e Agronomia, Zona Leste de Porto Alegre. Tinham no artesanato a única fonte de sobrevivência. Mas esse trabalho não era reconhecido pelos brancos (não índios). Cada família se virava por conta própria e como podia. Mas onde as famílias indígenas moravam a violência era demais. Amedrontava todo mundo. Por isso começamos a nos unir para conseguir um outro lugar, onde poderíamos ficar todos juntos. Recorremos ao poder público municipal. Começamos a participar do Orçamento Participativo (OP). Mas, no início não fomos reconhecidos como indígenas. Aí tivemos uma idéia. Formamos um grupo de dança indígena, que se apresentou numa assembléia do OP. Isso foi em 1999. Esse ato sensibilizou os conselheiros do OP, a tal ponto que em 2000 foi aprovada a proposta de compra de uma área de terra para formar um espaço Kaingang. Entre as áreas disponíveis e sugeridas, os Kaingang optaram por uma área de 3,7 hectares na Lomba do Pinheiro, Parada 26. Nesse espaço foram morar 40 famílias Kaingang. Parte delas permanece nesse local até hoje. As outras foram ocupar uma área na zona sul da capital, conhecida como Morro do Osso”.

Ari Ribeiro:

Sobre venda de artesanato: “Os Kaingang de Porto Alegre conquistaram dois espaços importantes para venda de seu artesanato. Um fica no chamado “brique da redenção”, onde quase todas as famílias se concentram nos finais de semana. E o outro fica na Praça da Alfândega, no centro da cidade, onde permanecem durante os dias da semana”.

Sobre o espaço de venda no brique da Redenção: “O espaço de venda de artesanato no brique é amplo. Ali estão dezenas de pessoas e grupos vendendo seus produtos. Só que é o seguinte: os não indígenas precisam ter uma associação ou organização registrada para poder participar dali;

enquanto que nós índios a partir do ano 2000, somos reconhecidos pela nossa origem e pertencente a um grupo étnico. Isso basta. Nossa força é a tradição, a cultura”.

Sobre o significado do espaço de venda de artesanato: “O espaço de venda do artesanato é nosso ponto de encontro. As famílias encontram-se para conversar sobre as novidades da semana. Falam na sua própria língua. Mas o principal motivo que lhes dá visibilidade é a exposição do artesanato. Quase todas as pessoas que passam no brique e nos vê, perguntam sobre o artesanato e querem saber sobre nossa cultura. Aí a gente fala que a cultura do índio não está presa no passado. Mas está presente no nosso modo de vida. Na nossa língua, na nossa tradição. No nosso modo de viver em família. Todo mundo vê que somos diferentes. Estamos vendendo e ao mesmo tempo fazendo nosso artesanato. E as crianças estão ali junto com os pais, aprendendo. No centro da cidade, na Praça da Alfândega as pessoas que compram já são diferentes. Todo mundo chega com pressa. A maioria passa rápido. Às vezes nem olha. Se parar é só pra comprar. Não conversa e sai com pressa. Não quer saber de história. Na Redenção já não é assim. As pessoas param e conversam. Também porque é fim de semana. Não precisa ter pressa”.

Pedrinho Eufrásio:

Sobre a relação familiar local e com as aldeias do interior: “Mesmo estando aqui na cidade, temos contato direto com nossos parentes que vivem nas aldeias do interior. Quando eles vêm pra cidade, por motivo de doença e internação hospitalar, por exemplo, os brancos não os acolhem. Mas nas nossas casas eles sempre têm o aconchego. Isso acontece com muita frequência. Assim é nosso sistema de vida. Assim somos nós. Acho que os brancos também são assim. Se vier algum parente do interior, por motivo de doença, eles se ajudam. Quando vamos ver nossos parentes que vivem nas aldeias do interior. Aí nós trazemos materiais da natureza de lá pra nosso artesanato”.

Dificuldades manifestadas:

Ari Ribeiro: “No centro a Secretaria da Indústria e Comércio está sempre implicando. Querem que a gente saia dali. Dizem que nosso artesanato não é mais indígena. Porque usamos também miçangas e bijouterias pra fazer braceletes, brincos, colares e pulseiras. Mas o que fazer se os materiais pra cestaria estão escasseando? Até que um dia provocamos um seminário. Ali provamos que a maioria dos produtos que os camelôs faziam e vendiam eram copiados dos indígenas. Aí pararam de implicação. Isso foi conseguido graças ao apoio do Ministério Público Federal, que exige o cumprimento dos direitos. Esse seminário foi em 2001. Na ocasião fizemos um manifesto, que nos rendeu três grandes conquistas: o espaço no brique da Redenção e na Praça da Alfândega; uma loja no brique da Redenção, e o reconhecimento de todo nosso artesanato com valor cultural indígena”.

2. SÃO LEOPOLDO

Dorvalino: “Nossa cultura aqui na cidade se preserva de muitas maneiras. Uma é pela língua. Entre nós falamos somente na nossa língua. Uma outra forma, é pelo grupo de dança. (Ju pen ror / Ju pen tej), onde os cunhados dançam uns para os outros”.

José Vergueiro: “História: até 1988 o índio era prisioneiro na aldeia criada pelo SPI. Quer dizer, o aldeamento. Todo mundo dizia que lugar de índio é na aldeia. E continuam dizendo. Mas o

sistema de aldeia que foi implantado pelos padres jesuítas e pelo SPI foi muito prejudicial. Reuniram num espaço apertado grupos familiares muito diferentes. E nós não sabíamos o que fazer. Mas a CF de 88 trouxe muita força para fortalecer a nossa tradição. Garantiu o direito de ser índio em qualquer lugar”.

Antônio dos Santos: “Hoje, os índios que estão morando na cidade são muito cobrados. Cobram a língua, a cultura, os costumes e a tradição. Mas isso fortalece a nós que estamos na cidade. Com isso, aqui a gente se sente mais índio. A gente pensa e vive mais a sua cultura. Pois quando vivi na aldeia do interior, ninguém nos cobrava. Lá parece que ser índio é natural. Mas não é assim. Lá ninguém nos chamava para fazer apresentação do grupo de danças, por exemplo, ou para fazer palestras. Lá no interior ninguém gosta de índio. Lá somos mais discriminados. Na cidade não. Aqui somos chamados. Aí temos a oportunidade de ajudar a abrir a mente das pessoas que querem saber sobre o índio. Aqui há discriminação também. Mas a gente aprende a se defender e busca os direitos. Lá no interior nós não sabíamos o que fazer”.

José Vergueiro: “A maioria dos brancos – os não índios, só conhecem o índio pelo livro. Mas os livros não ajudam na convivência. Eles contêm muitas mentiras. E muitos também só sabem coisas que saem na TV. Por isso sempre é bom os professores e alunos conviver com nossa comunidade e não se basear só nos livros feitos sem participação do índio. Os trabalhos que fazemos nas escolas dos brancos não eliminam todos os preconceitos, mas diminuem bastante. Nosso grupo de danças é bastante valorizado. É nosso patrimônio cultural. Os cantos são todos na língua indígena. É nossa cultura. No canto e dança, um grupo de parentes se apresenta para o outro grupo. Porque nosso sistema é dividido em duas metades, que formam dois grupos”.

Antônio dos Santos: “Nós achamos que nossa ida para as cidades ajudou o povo do sul a redescobrir nós índios que temos origem aqui no sul. Pois antes se chamava os índios do Xingu para se apresentar aqui, como se nós não existisse. Gastaram muito dinheiro para os índios do Mato Grosso se apresentar sua cultura. Aí a gente se perguntava: porque não apresentar a cultura dos índios do sul? Pensamos: temos que abrir os olhos dos não índios, e mostrar que somos nativos daqui. Foi aí que formamos o grupo de dança e canto. Porque os não índios aprendem a conviver com as culturas da localidade e nós índios somos esquecidos. Não fomos vistos. Mas hoje estamos aqui. E todos se obrigam a nos ver. Porque apresentar índios de fora, de outros estados? Se apresentam bonitinho, como artistas. Mas o difícil é conviver com o índio no dia a dia. Aí negam que ele existe. Não tem política pública para ele. Isso graças a Tope (nosso Deus) já mudou bastante. Porque com o grupo de dança a gente também faz nosso protesto e reivindica nossos direitos”.

José Vergueiro: “Muitas vezes se diz que índio tem muita terra. Não basta só demarcar terra, e colocar as pessoas lá dentro como se fosse criação. Demarcação é garantia, mas não garante tudo o que se precisa. O índio é como o pássaro. Onde tem fruta ele fica um tempo. Tem gente que não sabe. Mas na cidade também tem pássaros. Mesmo que as matas sejam derrubadas para fazer a cidade, os pássaros voltam. Eles pousam nela e procuram frutos para sobreviver”.

3. MORRO DO OSSO

Francisco dos Santos: “Quando chegamos aqui na capital, na cidade de Porto Alegre, muitas vezes se ouvia os brancos (não-índios) dizerem que lugar de índio é na aldeia e não na cidade. Bem no fundo eles têm razão. Nossa origem não é da cidade. Mas eu pergunto: quem trouxe a cidade junto dos índios? Lá no interior, onde se diz que estão as aldeias verdadeiras, a cidade também já chegou lá. Então foi a cidade que chegou onde estava o índio e não o índio na cidade.

E hoje já está tudo misturado. Índio e não índio vive como que numa grande aldeia. A cidade é hoje uma grande aldeia. E nós índios estamos aqui, porque todo lugar é lugar do índio. E se as cidades foram construídas sobre nossos territórios, porque não podemos estar aqui? Tem perigos na cidade? Tem. Mas nós já estamos aprendendo como lidar assim como nossos antepassados aprenderam a lidar com os perigos que havia nas florestas. Então pergunto: quem sobreviveu nas florestas, por acaso não vai sobreviver na cidade? Não foi enfrentando dificuldades que o ser humano aprendeu o que sabe?

Falando bem a verdade, a cidade não nos prejudica. Porque aqui continuamos vivendo conforme nossa cultura. Estamos preservando a língua e as nossas marcas, que chamamos “Krã”. Os Kaingang se conhecem por duas marcas, que ao mesmo dividem e organizam nosso grupo. Uma é comprida, chama Re Tej. A outra é arredondada e chamamos Re Ror. Re Tej é Kamé e Re Ror é Kairukré. E como se conservam essas marcas hoje? É muito simples: quando nasce uma criança, por exemplo, mesmo aqui na cidade, ela continua recebendo a marca do pai. E depois, quando cresceu e faz um balaio, por exemplo, ela coloca no balaio a própria marca. Assim sabemos quem fez tal e tal balaio. Se foi Re Tej ou se foi Re Ror.

As marcas são a nossa tradição. Elas vêm de muito tempo, muito antes da chegada do homem branco. E não vai ser a cidade que vai acabar com nossa cultura. O que nos prejudica na cidade? O que nos prejudica é a poluição. No fim de cada dia o nariz da gente está ardendo. Na cidade cheira tudo o que é coisa. Não respira mais o ar puro. Por isso, cada vez mais tem doenças incuráveis. Isso é grave. Outra coisa desagradável na cidade é o barulho. Ele deixa as pessoas quase surdas. Por isso que nós buscamos moradas longe do centro. De preferência, em lugares altos. Isso faz parte da nossa cultura. Nossos antepassados também buscavam refugiar-se em lugares mais altos. Isso porque ali a vista alcançava mais longe para se prevenir de ataques inimigos”.

Eroncina Vergueiro: “Antigamente o artesanato era feito para uso próprio e não para venda. Era usado para levar comida para a família. Carregar o mel em favo e as frutas. E não pra venda. Hoje não. Na cidade fazemos o artesanato como cultura. E serve para o comércio. Porque, hoje, se quisermos comer carne de peixe, o único que tem, porque caça não tem mais. Aí temos que comprar. E para isso temos que ter dinheiro. E quem faz o artesanato? Todos fazem. Os homens, as mulheres e as crianças. Os homens buscam as taquaras e os cipós. Os jovens acompanham. Depois todos fazem em conjunto. Cada um faz do seu jeito”.

Valdomiro Vergueiro: “Quando chegamos aqui e Porto Alegre, fazíamos o artesanato era só de um tipo. Era o balaio de tampa feito de taquara. Só isso que se fazia. Dali a pouco um índio inventou fazer balaio de cipó. E saiu muito. Isso logo se espalhou e todos começaram a fazer também. Começamos a fazer o balaio redondo, o balaio com cabo, o balaio baixinho”.

Francisco: “Na cidade começamos a descobrir e a fazer coisas novas. Primeiro fiz um peixe de cipó. Vimos que saiu bem. E fizemos mais. A Eroncina fez uma estrela de natal, e vimos que também vendeu bem. Aí cada um inventou um determinado tipo de artesanato de cipó: animais do mato e domésticos, bolas, motocas, cadeiras e objetos de decoração. Cada qual foi aperfeiçoando do seu modo. Mas o trançado sempre obedece a própria cultura. Mesmo os modelos novos. Além disso, desenvolvemos a prática de preservação do cipó, o cuidado com o manejo para ter sempre. Cuidamos do tempo certo da colheita. Com isso preservamos a natureza. Se não abusamos dela, ela é sábia. Ela se recompõe. Porque se abusamos da natureza, ela acaba e acaba com nós todos. Mas, se cuidamos, a cada três meses vem uma colheita. Porque é do mato, quer dizer, da natureza que vem nosso sustento. Primeiro disseram que nós depredamos. Mas não é verdade. Nós sabemos quantos meses leva para a natureza voltar.

nós estamos na cidade, porque não éramos para ser agricultores. Quem nos forçou a trabalhar na lavoura foi o Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Eles queriam reunir todos os indígenas num só

lugar, por isso criaram o aldeamento. Ali onde hoje estão as aldeias no interior. Mas quando saímos abriu nossa vista e passamos a enxergar que éramos escravizados.

Mas nosso sistema era diferente. O povo se espalhava por grupos de famílias, que se reuniam uma vez por ano para fazer o Kiki Koi. Era a festa da colheita. Tinha muita comida e ninguém passava fome. Era tempo de despedida dos nossos mortos e de batismo das crianças”.

Valdomiro: “O que nos preocupa, na cidade, hoje, são os venenos das fábricas que vêm para o rio Guaíba. Antes a gente comia peixe de rio limpo, sem contaminação. Mas hoje?”.

QUESTÕES GERAIS

1. Estatística

- a. O último Censo do IBGE registra que 383.298 indígenas vivem na cidade. 10 capitais mais preferidas: Manaus, Campo Grande, São Paulo, Porto Alegre,
- b. Porque migram? Os indígenas não estão sozinhos nesse movimento. Mas acompanham um processo de urbanização desde a década de 1950.
- c. Estudo da ONU divulgado a 28 de junho de 2007 revela que até 2008 3,3 bilhões de pessoas viverá em aglomerados urbanos. Sem planejamento, essas pessoas estarão ameaçadas por pobreza, oportunidades limitadas para os jovens.
- d. A principal luta na cidade é por direitos básicos: terra, moradia, escola e saúde.

2. Presença Indígena nas capitais

a) São Paulo: Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 35 mil indígenas vivendo na Grande São Paulo, 25 mil apenas na capital paulista. Cerca de 1.000 pessoas são da etnia Pankararu.

b) Campo Grande: Terena.

c) Manaus: Sateré-Mawé, Ticuna, Tukano, Baniwa, Piratapuaia, Tariana, Tuyuka, Desana, Baré.

d) Lábrea, (Purus): estima-se que a cidade de Manacapuru abriga centenas de Apurinã.

e) Altamira (Pará): Estima-se que moram 1.800 indígenas de 9 grupos étnicos.

f) Boa Vista (RR): as cidades de Pintolândia e Raiar do Sol abrigam Makuxi e Wapixana.

g) Fortaleza: no bairro de Caucaia moram os Tapeba.

h) Dourados: Kaiwa.

i) Grande Florianópolis: Xokleng e Kaingang.

j) Porto Alegre: Kaingang.